



Proposição: PLEI - Projeto de Lei
Número: 000117/2026
Processo: 11302-00 2026
Autoria: Cida Oliveira
Ementa: Institui diretrizes para a promoção da cooperação entre o Município de Juiz de Fora e a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), visando à inclusão comunicacional de pessoas surdas por meio da inserção de estudantes de Letras-Libras em atividades de estágio no âmbito da Administração Pública Municipal, e dá outras providências.

Parecer Juraci Scheffer - Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira

PARECER AO PROJETO DE LEI 117/2026

À Divisão de Acompanhamento de Processo Legislativo

I - RELATÓRIO

Em despacho de fls. foi dado vista a este Vereador que subscreve a respeito do Projeto de Lei 117/2026, que **"Institui diretrizes para a promoção da cooperação entre o Município de Juiz de Fora e a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), visando à inclusão comunicacional de pessoas surdas por meio da inserção de estudantes de Letras-Libras em atividades de estágio no âmbito da Administração Pública Municipal, e dá outras providências."**

No que tange ao cumprimento legal do referido projeto de lei, o mesmo preenche os requisitos legais conforme disposto no artigo 26 da Lei Orgânica do Município de Juiz de Fora, que reconhece como atribuições da Câmara Municipal legislar sobre quaisquer matérias de interesse e competência legal do Município, como também os artigos 159 e 160 do Regimento Interno da Câmara Municipal que dispõe, entre as modalidades da Câmara Municipal, proposição de Projetos de Lei.

Em Parecer emitido pela Douta Procuradoria desta Casa Legislativa, manifestou pela legalidade e pela constitucionalidade desta proposição legislativa.

II - FUNDAMENTO

Ao analisarmos o tema legal que ora se apresenta, o mesmo não invade matéria privativa do Chefe do Poder Executivo e nem cria despesa orçamentária por poder ser incluído nos serviços de rotina e atendimento ao público do Município, podendo também solicitar autorização para abertura de crédito orçamentário para o seu cumprimento se necessário, ou incluir no orçamento do próximo exercício financeiro. Outrossim, o presente projeto de lei, além de estar em consonância com o artigo 30, inciso I da Constituição Federal, que reconhece a legitimidade dos municípios em legislar assuntos de interesse local, também caminha alinhado aos princípios constitucionais da legalidade, da publicidade, da moralidade e da transparência, da razoabilidade e da proporcionalidade, em vista do interesse público e do bem comum coletivo e social, nos termos dos artigos 5º e 37 da Constituição Federal.

Quanto ao mérito da presente proposição legislativa, a mesma se justifica tendo por



objetivo propor uma solução concreta para esse problema, ao criar as condições institucionais para que estudantes do curso de Letras-Libras da UFJF realizem estágios nesses equipamentos públicos. A medida beneficia simultaneamente três dimensões do interesse público: a população surda, que passa a ter acesso a atendimento acessível; os estudantes, que ganham formação prática em ambiente real; e o serviço público municipal, que se torna mais inclusivo e eficiente sem ônus obrigatório adicional ao erário. A iniciativa encontra respaldo no próprio ordenamento jurídico local. A Lei Municipal nº 14.729/2023 já estabelece a obrigatoriedade do atendimento por intérprete de Libras em órgãos da Administração Pública e em prestadoras de serviços públicos no município. O presente projeto representa, portanto, um instrumento de implementação prática dessa obrigação, por meio de uma parceria inovadora com a universidade pública. O projeto também é pioneiro no cenário nacional. Trata-se, portanto, de legislação que se insere na vanguarda da acessibilidade comunicacional no serviço público brasileiro, reafirmando o compromisso de Juiz de Fora com os princípios da dignidade da pessoa humana, da inclusão e da eficiência administrativa.

III - DISPOSITIVO

Isto posto, por preencher todos os requisitos legais e não incorrer em inconstitucionalidade ou qualquer outro vício jurídico e político, razão pela qual liberamos a presente matéria legislativa para o seu devido prosseguimento e tramitação até o Plenário onde manifestaremos nosso voto à presente proposição legislativa.

Palácio Barbosa Lima, 10 de abril de 2026.

Juraci Scheffer
Vereador Juraci Scheffer - PT

